

POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: DISCUTINDO A CONSTRUÇÃO DE CATEGORIAS E REPERCUSSÕES NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR

Maria Estela Dal Pai Franco – UFRGS

medpf@orion.ufrgs.br

Resumo: Discute a construção de categorias em Política e Gestão da Educação Superior, referendadas na Pedagogia Universitária, na condição social do fazer teórico e na teórica do fazer científico, antevendo repercussões na formação de professores. A delimitação dos campos abrange distintos olhares, regulamentações e práticas; o ajuizamento compartilhado, os verbetes e os descritores expressam condições. Conclui-se que as categorias refletem tensões de comunidades que coexistem e podem repercutir na formação de professores da educação básica, uma responsabilidade social de professores de ensino superior.

Palavras-chaves: política da educação superior; gestão da educação superior; formação de professores de educação básica; responsabilidade social da universidade

INTRODUÇÃO

O trabalho tem como objetivo discutir a construção de categorias nos campos disciplinares de Política e de Gestão da Educação Superior sob a referência da Pedagogia Universitária, antevendo repercussões na formação de professores de educação básica. O objeto analítico é a construção de categorias na Enciclopédia de Pedagogia Universitária (2006) da RIES-Rede de Investigadores de Educação Superior¹, nos eixos da condição teórica do fazer científico e da condição social do fazer teórico. A análise dos campos disciplinares mencionados se detém, portanto, no processo de elaboração e no resultado da construção categorial e da redação de verbetes do Glossário que integra a referida Enciclopédia. A construção categorial analisada reflete os campos disciplinares de Política e de Gestão da Educação Superior em suas inserções mais amplas, tendo como referência trabalhos que visaram produções acadêmicas e

¹ RIES - Rede Sul Brasileira de Investigadores de Educação Superior congrega professores de Universidades e Instituições de Ensino Superior especialmente do sul do Brasil e focaliza questões, perspectivas e experiências de docentes de ensino superior em diferentes campos disciplinares. Seus estudos são veiculados em diversas publicações entre as quais dois volumes da Enciclopédia de Pedagogia Universitária (MOROSINI, 2003, 2006). A Enciclopédia apresenta inicialmente verbetes de caráter geral como os definidores da RIES e de Pedagogia Universitária, acrescidos de mais nove categorias (Teoria e História da Educação Superior, Internacionalização da Educação Superior, Políticas Públicas da Educação Superior, Gestão e Modelos da Educação Superior, Professor da Educação Superior, Estudante da Educação Superior, Currículo e Prática Pedagógica da Educação Superior, Avaliação da Educação Superior e Legislação básica para a Educação Superior). O presente trabalho focaliza a construção categorial de duas das grandes categorias que compõem a Enciclopédia.

práticas da educação superior no âmbito internacional, os quais foram incorporados nas escolhas e definições.

O movimento da identificação e da descrição de categorias e de verbetes expresso num produto documental para a socialização do conhecimento em uma publicação, que implica apropriação do real, é entendido como parte da condição teórica do fazer científico. O movimento associativo de pesquisadores, marcado por interlocuções, processos intersubjetivos, por interações e críticas na identificação, seleção e construção de categorias, é entendido como a condição social do fazer teórico. Subsídios para estas definições foram buscados em autores como Almeida e Pinto (1995) que entendem a produção do conhecimento como uma produção material, objetiva, embora incessante em seu movimento construtivo e que traz consigo duas ordens de condições: as condições sociais e as condições teóricas. As condições sociais da produção científica dizem respeito aos problemas postos pelo processo de produção do conhecimento e seus determinantes: 1) o complexo de estruturas e práticas de uma formação social (condição determinante), entre elas as “(...) relações decisivas que as práticas científicas mantêm com outras práticas numa formação social” (ALMEIDA E PINTO, 1995 p.21); 2) as condições e mecanismos da própria prática; e 3) o contexto institucional. Assim, “(...) em todas as formações sociais há sempre uma pluralidade contraditória de sistemas ideológicos de codificação do real, presentes, ausentes nos discursos concretos com seus níveis objetivos de significação”.(ALMEIDA E PINTO, 1995,p.23).

Cabe lembrar que as formações sociais são co-existentes assim como o são as formações científicas. Aquelas que são dominantes se dão num movimento hegemônico e instauram mecanismos preservadores de sua situação, configurando-se em obstáculos para a mudança. Não se pode, portanto, negar que existem aproximações entre práticas científicas e práticas sociais, especialmente porque a prática científica é, em alguma medida, uma prática social.

As condições teóricas são ligadas à apropriação cognitiva do real, ao corpo de conceitos que a ciência dispõe - métodos e técnicas sistematizados (teoria num sentido amplo), tornando acessível à análise um objeto de estudo. O conhecimento, entretanto, tem dimensões sociais e grupais que não podem ser esquecidas. Nessa perspectiva o processo investigativo e a relação ensino-aprendizagem devem levar em conta tais dimensões. O ponto de vista do qual se enxerga um problema e suas circunstâncias depende da postura teórico-epistemológica, mas não pode se omitir a força das interações e processos intersubjetivos que marcam o

conhecimento como um processo provisório e a sua construção como um empreendimento em permanente reformulação que tem o concurso de saberes especializados e de saberes docentes (TARDIFF, M.; RAYMOND, D. 2000).

Bazzo (2007) argumenta que não basta considerar um conhecimento pronto e classificatório, pois os procedimentos devem ser entendidos além do que é conceitual. Infere-se da colocação da autora que a teoria orienta o olhar e a escolha categorial, entretanto vai além; junto com as condições teóricas o conhecimento traz consigo as condições sociais. É um pensamento consentâneo com a linha que Almeida e Pinto (1995) definem condição social e condição teórica do fazer científico, bem como as relações entre formações científicas.

Na perspectiva metodológica no primeiro momento são apresentadas questões com força de referenciais na delimitação dos campos e na produção das categorias: 1) olhares na construção categorial; 2) regulamentações/práticas/saberes do professor; 3) concurso multidisciplinar / formações científicas e 4) tipologia categorial. Prosseguindo, é discutido o movimento associativo cerne das condições sociais do fazer teórico, sob os princípios de: 1) construção compartilhada como facilitadora de ajuizamento crítico; 2) etapas sucessivas na seqüência fontes/resultados/fontes como refinamento categorial (resultado de uma etapa como fonte para etapa subsequente; 3) e a ampliação participativa como fomentadora da relevância. e 4) a indicação de variante denominativa como ampliadora de significados. As questões referidas alimentaram o processo delimitativo dos campos disciplinares e contribuíram para configurar a produção das categorias da Enciclopédia.

Na seqüência são apresentadas condições teóricas do fazer científico que formatam a Enciclopédia, nos campos da Política e da Gestão da Educação Superior e são mostradas algumas das possíveis repercussões na formação do professor de educação básica como uma das responsabilidades sociais da educação superior e de sua pedagogia. Neste momento são apresentados verbetes e sua inserção categorial, destacando o caráter de descritores do campo teórico disciplinar que refletem a teoria como um produto documental. Na categoria Políticas Públicas e Educação Superior foram identificadas sete subcategorias com 58 verbetes; na categoria Gestão da Educação Superior foram identificadas nove subcategorias com 246 verbetes.

I. DELIMITAÇÃO DOS CAMPOS TEÓRICOS

A identificação de categorias e respectivos descritores, no contexto do presente trabalho, revelou-se uma tarefa complexa por envolver distintas áreas de conhecimento, por exigir a inserção na especificidade brasileira num contexto latino-americano e internacional da educação, por exigir conhecimentos teóricos, resultados investigativos e ao mesmo tempo experiências concretas em campos disciplinares distintos e por se situar no campo de regulamentações, mas também de práticas institucionais. A complexidade da tarefa no confronto com as questões e problemas que emergiram ao longo da construção categorial induziu a tomar algumas questões como referenciais na delimitação dos campos e na produção das categorias.

A primeira questão diz respeito aos múltiplos olhares que se apresentam numa construção categorial. A busca de suporte teórico num expressivo número de autores, decorreu da natureza do trabalho cuja exigência foi uma seleção adequada do corpo de noções e conceitos expressivo do campo disciplinar. Tal ponto assumiu a força de princípio orientador, pois a seleção e a descrição de verbetes deveriam expressar o campo disciplinar de Política e de Gestão da Educação Superior e revelar diferentes vertentes epistemológicas. Isto não ocorre, entretanto, de forma isolada o que levou a considerar alguns documentos internacionais sob os princípios de que os contornos teóricos de um campo disciplinar, num contexto de internacionalização, se inserem num entorno mais amplo e de que estudar o Brasil faz compreender melhor a América Latina, mas captar aspectos da América Latina faz perceber melhor o Brasil. Olhares distintos sobre realidades culturais diversas em seus espaços geográficos, seus campos disciplinares e estatutos epistemológicos, ampliam as possibilidades de aproximação com a realidade.

Uma visão ao mesmo tempo abrangente e especializada sobre as produções de pesquisa no campo da Educação Superior é oferecida por Tight (2003) que se deteve na análise de livros e pesquisas publicados em 17 jornais acadêmicos especializados, no ano de 2000, em língua inglesa, não incluído os EEUU. O autor classificou 406 artigos em temas, métodos e nível organizacional da ação. Foram identificados oito temas-chave: ensino e aprendizagem; delineamento de cursos; experiências do estudante; qualidade; políticas do sistema; gestão

institucional, trabalho acadêmico e conhecimento. Dois temas, especialmente, tem relação com o presente trabalho pois focalizam a gestão e as políticas do sistema.

No capítulo específico sobre a Gestão Institucional na Educação Superior Tight (2003) lembra a massificação dos sistemas e o aumento da tensão na busca de qualidade e padronização, o que aumenta a importância crítica na área. Ele lembra a forte mudança representada pela gestão antes centrada num professor sênior, sem treino específico na perspectiva do primeiro entre iguais para a gestão realizada por um “core” dirigente fortalecido e apoiado por especialistas, nos cargos da administração central e/ou de departamentos, condição para a universidade se mover numa sociedade competitiva, como diria Clark (2004) ao falar sobre a universidade sustentável. As questões-chave que perpassam a pesquisa em gestão convergem para o que fazem os gestores das IES, como a gestão é exercida nos departamentos, como são desempenhados os papéis de gestores de acadêmicos e de acadêmicos como gestores; como os gestores de IES têm sido treinados e desenvolvidos; como é a carreira dos gestores das IES na educação superior; como pode a gestão das IES ser desenvolvida. O autor identifica seis áreas de pesquisa em gestão: prática da gestão em educação superior; liderança e governança institucional; desenvolvimento institucional e história; estrutura institucional; economia de escala e fusões institucionais e relações entre educação superior, indústria e comunidade (TIGHT, 2003 p.137).

As mudanças educativas que se processam na América Latina, a partir dos anos de 1980, são analisadas por Casassus (1995) que mostra o vínculo entre mudanças e modernização dos sistemas educacionais. O autor mostra o quanto a modernidade está inserida num processo complexo e problemático devido ao choque entre culturas tradicionais, elitistas e oligárquicas e uma economia moderna, integrada e participativa. A modernidade educacional, portanto, para o autor, esta ainda para ser construída.

As discussões e trabalhos apresentados em congressos também sinalizam temáticas importantes. Catani (1997) nos anais de um congresso internacional; sobre “Políticas de ES na América Latina no limiar do século XXI” mostrou que quatro grandes temas foram foco de convergências: reformas do Estado e Educação Superior; emergência de sistemas Universitários Internacionais e produção do conhecimento; internacionalização da ES e políticas avaliativas; reformas da ES. Não surpreende que um dos grandes temas nesse contexto tenha sido a questão da autonomia universitária e da produção do conhecimento,

tanto num contexto midiático quanto num contexto da pós-modernidade e da influência das agências internacionais.

O desenvolvimento no contexto pós-neoliberal na América Latina, é abordado por Delgado e Nosetto (2006), da FLACSO, que se preocupam com três grandes categorias: o desenvolvimento e a coesão social, o desenvolvimento da democracia e da “recidadanização” e o desenvolvimento na perspectiva ética de um novo paradigma. Na primeira categoria, são tratadas questões como a economia social, a integração regional e a busca de novos modelos. Já na segunda categoria, as temáticas incidem sobre liderança e democracia de opinião, a cidadania num projeto pós-neoliberal e os desafios para o estado, políticas públicas e sociedade civil. Na terceira categoria, a questão que se destaca é a da ética sob o ponto de vista econômico, de compromisso das ciências sociais e dos conflitos interpretativos. De tais colocações, muitas inferências podem ser feitas em relação à política e à gestão da educação no entorno da Pedagogia Universitária.

A questão da inserção mais ampla do conhecimento em Política e Gestão da educação , especialmente nas Américas e América Latina é ressaltada por Sander (2005) quando focaliza cinco grandes categorias, sob a égide da gestão democrática: 1) educação, trabalho e cidadania; 2) educação na Cúpula das Américas; 3) política educacional na América Latina; 4) política e administração da educação no Brasil e 5) produção do conhecimento em política e gestão da educação.

O Projeto Universitas-Br desenvolvido desde 1993 até o presente tem um acervo de 7000 resumos de artigos sobre Educação Superior publicados em mais de 30 periódicos brasileiros. É apoiado pelo CNPq desde 1996 e tem como objetivo selecionar, organizar, disponibilizar à comunidade e avaliar a produção científica sobre Educação Superior, no Brasil, de 1968 - 2002. Reúne pesquisadores de 20 IES. No transcurso da elaboração dos resumos as categorias classificatórias foram sendo elaboradas, discutidas, re-elaboradas, e rediscutidas, sendo nelas concentrados os resumos dos artigos: (1) Políticas Públicas de Educação Superior; (2) Universidade e Sociedade; (3) História da Educação Superior; (4) Manutenção e Financiamento da Educação Superior; (5) Natureza Jurídica das IES; (6) Organização Acadêmica e Gestão; (7) Autonomia Universitária; (8) Ensino; (9) Pesquisa; (10) Extensão; (11) Corpo Docente; (12) Corpo Discente; (13) Corpo Técnico Administrativo;

(14) Avaliação do ensino Superior; (15) Relação Ensino Pesquisa e Extensão. (Disponível em: < <http://www.pucrs.br/faced/pos/universitas/> > Acessado em: 08 julho de 2007).

As transformações recentes ocorridas na gestão e nas políticas da educação superior são identificadas e discutidas por Dourado, Catani e Oliveira (2003) em quatro blocos de análise: expansão da Educação Superior pública e privada que envolve processos de democratização, privatização e massificação; avaliação da ES que envolve temas como a flexibilização, a regularização, o sentido público e a busca de novos modelos; investigação da ES, em que são trazidas contribuições sobre a pesquisa digital, a universidade como espaço de produção do conhecimento e o trabalho do docente nas suas práticas intelectuais em tempos de globalização; gestão e identidades profissionais que engloba a questão da qualidade da educação superior e a gestão sob o ponto de vista do financiamento.

Wittmann e Gracindo (2001) num trabalho em colaboração com pesquisadores de diversas universidades, sobre o Estado da Arte em Política e Gestão da Educação no Brasil de 1991 a 1997 apontam onze categorias de análise: 1) Escola, Instituições Educativas e Sociedade; 2) Direito à Educação e Legislação; 3) Política de Educação; 4) Público e privado na Educação; 5) Financiamento da Educação; 6) municipalização e Gestão Municipal; 7) Planejamento e Avaliação Educacionais; 8) Profissionais de Educação; 9) Gestão da Universidade; 10) Gestão da Universidade e 11) Gestão da Escola. As análises das categorias visaram constituir uma unicidade em meio a diversidade vinculada ao fato de que cada capítulo foi elaborado por diferentes autores de distintas universidades. Sendo assim cada capítulo se configurou enquanto uma pesquisa específica, entretanto cada categoria manteve a ligação com o todo. Nessa mesma obra, o capítulo elaborado por Catani e Franco (2001) aponta para categorias específicas de gestão da educação superior: avaliação e qualidade, universidade e pesquisa, política de educação e história.

A segunda questão a trazer é a das regulamentações governamentais e práticas no contexto Brasileiro e os saberes do professor de ensino superior. Um ponto que se destaca no pensamento disponível sobre Política e Gestão da Educação superior é o papel indutor do Estado. O Brasil é um país federativo, historicamente marcado por regulamentações do Estado, respaldadas numa Carta Magna (CRFB1988), que estabelecem diretrizes e bases comuns para distintos setores, entre os quais a educação, em geral substanciadas numa lei geral e até mesmo orgânica, como é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

(1996). Leis complementares e uma massiva legislação satélite desdobrada em políticas públicas, tornam o setor educacional ao mesmo tempo centralizado, especialmente na educação superior e descentralizado em decisões e esferas específicas de outros níveis.

No caudal da regulamentação do Estado, a preparação de docentes universitários, no Brasil, desde a criação da Pós-Graduação *stricto sensu*, no final dos anos de 1960 e início dos anos de 1970, tem assumido um preponderante caráter de certificação pela via de diploma de mestrado e de doutorado, que baliza a capacidade científica em área disciplinar específica, muito mais do que a formação e desenvolvimento profissional do docente de ensino superior.

Registra-se a grande importância da Pós-Graduação no Brasil. É inegável que o estabelecimento deste nível de ensino foi incisivo na sua influência sobre a educação superior em várias frentes e direções: no avanço e produção do conhecimento, na pesquisa, no nível crítico argumentativo, nas transformações políticas, na busca de novos modelos de educação superior, na economia, nas definições políticas, nas reformas educacionais, no desenvolvimento do país e das instituições e na própria profissão do professor. Indicadores assim atestam entre eles o crescimento no número de cursos de Pós-Graduação em todas as áreas de conhecimento, o número de grupos de pesquisa, o nível de qualificação dos docentes de ensino superior e o número de mestres e doutores que o Brasil dispõe.

De 1993 a 2004, o número de grupos de pesquisa² existentes no Brasil apresentou um crescimento de 342,5% em pouco mais de uma década, passando de 4.400 grupos em 1993 para 19.470 grupos em 2004. Nesse intervalo, registra-se um crescimento ainda maior dos grupos de pesquisa da área de Humanidades, que concentra as subáreas Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes, que passaram a responder por 32,2% dos grupos existentes atualmente, ante os 20,6% que representava em 1993.

Os programas de pós-graduação apresentaram um crescimento de 92,5% entre os anos de 1997 e 2007, enquanto nos cursos de pós-graduação houve um aumento de 69,2% no

² O Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil é uma base de dados desenvolvida no CNPq desde 1992 que contém informações sobre os grupos de pesquisa em atividade no País. O Diretório realizou até hoje seis censos e os resultados desses inventários estão disponíveis no *site* da instituição. Os grupos de pesquisa inventariados estão localizados em universidades, instituições isoladas de ensino superior, institutos de pesquisa científica, institutos tecnológicos, laboratórios de pesquisa e desenvolvimento de empresas estatais ou ex-estatais e em algumas organizações não-governamentais com atuação em pesquisa científica ou tecnológica. Os levantamentos não incluem os grupos localizados nas empresas do setor produtivo. (Disponível em: http://lattes.cnpq.br/grupos/grup_apresent.htm. Acesso em 25 de julho de 2007).

mesmo período. Enquanto isso, a pós-graduação nacional conta atualmente com 35.483 docentes, registrando um crescimento de apenas 18,2% desse número desde 1997.

Entretanto, mesmo que a Pós-Graduação tenha entre seus objetivos a formação do professor de ensino superior e mesmo que em determinados momentos coloque a exigência do oferecimento de disciplina sobre Ensino Superior, este nível de ensino não revela uma preocupação específica com os saberes profissionais do docente universitário e os modos de adquiri-los, buscando conjugar diferentes, mas complementares conhecimentos que compõem o saber do profissional docente de ensino superior. Tal questão tem sido alvo de preocupações e esforços de um grupo de pesquisadores de diferentes universidades e instituições de ensino superior do sul do Brasil, organizados por meio da RIES- Rede Sul Brasileira de Investigadores de Educação Superior. Seus estudos resgatam experiências na formação de docentes de ensino superior de diferentes campos disciplinares o que resulta na identificação de políticas e práticas nacionais e institucionais veiculadas em diversas publicações marcantes dentre as quais se destacam dois volumes da Enciclopédia de Pedagogia Universitária, publicados respectivamente em 2003 e 2006.

Ainda na perspectiva das regulamentações governamentais cabe lembrar que as políticas de expansão do ensino superior vêm acontecendo desde meados da década de 1990. Aliadas às políticas que levaram a aposentadoria antecipada de docentes de instituições públicas, elas desgastaram o professorado e contribuíram para a precarização do trabalho do docente, especialmente das IES federais.

A terceira questão refere-se ao concurso multidisciplinar o que reflete o entrelaçamento de campos disciplinares, ressalta o caráter multidisciplinar da análise e a participação de distintas formações científicas. É inegável a presença da Educação Superior como disciplina, com crescimento significativo nas últimas décadas, e que principalmente em países do Hemisfério Norte, mas também na América Latina e no Brasil, tem presença não só em departamentos das universidades de grande porte, mas também em centros de pesquisa e em associações profissionais. A Pedagogia Universitária não pode ser vista isolada do contexto teórico-prático da Educação Superior. A Gestão da Educação³ e a Política

³ A Gestão da Educação ou Gestão Democrática são termos adotados no Brasil para referir-se à Administração da Educação (expressão muito usada internacionalmente), entendidos na conotação histórica-brasileira dos movimentos das décadas de 1980 e 1990, que lutaram pela participação de vários segmentos nas decisões educacionais, e que buscou diferenciar-se da Administração da Educação tecnicista.

Educacional são campos disciplinares com significativa produção, inclusive aquela direcionada para a educação superior e a universidade. Os campos disciplinares mencionados em análises da produção acadêmico-científica, em estados da arte específicos em anais de eventos especializados são reveladores de categorizações expressivas da teoria e da prática educacional, como será apresentado ao longo do trabalho.

A quarta questão diz respeito à tipologia categorial já vislumbrada por Franco e Wittmann (2001). A tipologia decorre dos diferentes tipos de categorias que têm presença na configuração de um campo disciplinar, como objeto de estudo. Adentrar um objeto de estudo, significa circunscrever de modo delimitativo o que se pretende investigar. Uma categoria desta ordem é formada por um conjunto de circunscritores que agem como referenciais para direcionar e concentrar o estudo. Tais categorias, denominadas de referentes, servem para circunscrever e delimitar o objeto de estudo, de modo que o mesmo não caia no “dataísmo”. Implica clara definição da(s) questão(ões) a serem investigativa(s) e do(s) objetivos a serem perseguidos. As definições de categorias referentes é que conduzem o estudo, por exemplo, para a expansão da educação superior e não da permanência ou da retenção, ou vice-versa.

As categoriais conceituais ou teóricas dizem respeito à lupa pela qual se estuda uma questão. Implica assumir conceitos e teorias vinculados à determinadas abordagens epistêmicas com desdobramentos metodológicos. As categorias substantivas emergem do processo analítico, seja por convergências temáticas, por contradições encontradas ou por relações observadas, em dependência da postura epistemológica adotada.

As categorizações acima levantadas são algumas das que serviram como referência para as discussões geradas no processo de configuração dos descritores de Política e de Gestão da Educação. Tais categorizações serviram de base para a identificação e seleção dos verbetes, sempre sob a referência maior da Pedagogia Universitária.

II. O MOVIMENTO ASSOCIATIVO-PROCESSUAL DE CONSTRUÇÃO DAS CATEGORIAS

O processo de construção das categorias sucedeu-se ao longo de um ano, durante o qual foram realizadas reuniões sistemáticas com diferentes grupos e em diferentes níveis. Os seguintes princípios nortearam a identificação e elaboração de categorias e verbetes: 1) a construção compartilhada de categorias e verbetes, por especialistas, é facilitadora de ajuizamento crítico para a

validade de conteúdo. Entendeu-se por construção compartilhada a participação de diferentes grupos, segmentos e pesquisadores que atuam nos campos teóricos de política e administração da educação e em Pedagogia Universitária ou em áreas afins, dando voz aos segmentos de grupos brasileiros locais e nacionais; 2) a identificação de categorias e de verbetes em etapas sucessivas, exige que o produto de uma etapa se constitua em fonte de crítica e planejamento da etapa subsequente. Assim, etapas sucessivas significam que os resultados de uma foram assimilados na etapa subsequente depois de submetidos ao ajuizamento da equipe de elaboração e do grupo central da RIES; 3) a ampliação participativa de especialista (aumentar o número de autores, tendo como referência a publicação prévia); a possibilidade de inclusão nominativa de verbetes de outras categorias e a indicação de variante denominativa (outra palavra/expressão que tenha significado igual ou similar) quando atendidos critérios de adequabilidade temática, pertinência e relevância.

É pertinente registrar que três instâncias de discussão participaram da definição categorial e de seus descritores/verbetes: a instância da equipe central da RIES, a instância da coordenação das categorias com os colaboradores imediatos e a instância das reuniões com todos os participantes convidados para sugerir/definir verbetes.

A equipe central da RIES contribuiu para a modelagem das idéias iniciais, pois sugeriu que a categoria de Política e Gestão da Educação Superior, constante do glossário do primeiro volume da Enciclopédia de Pedagogia Universitária publicada em 2003, merecia um aprofundamento e poderia ser bifurcada em duas categorias: uma de política e outra de gestão da educação superior. As reuniões e discussões da RIES, além disso, serviram de ajuizamento das etapas desenvolvidas.

Destacam-se nesta fase do processo a realização de cinco reuniões com as várias equipes de trabalho e grupos convidados, todas de caráter sucessivo, na medida em que os resultados de uma, depois de assimilados, serviam de suporte e entrada para as discussões a serem encetadas na etapa subsequente. Alguns critérios não exclusivos orientaram a participação no projeto: 1) ser autor na primeira edição da Enciclopédia de Pedagogia Universitária, tendo a responsabilidade de sugerir mudanças denominativas e/ou de conteúdo; 2) ser membro da linha de pesquisa Universidade Teoria e Prática do PPGEdu/ UFRGS; 3) ser membro da rede GEU- Grupos de Estudo sobre Universidade: GEU Sociologia/UFRGS, GEUIpesq/UFRGS (Universidade Pesquisa

e Inovação), GEU/UFPe e GEU/UPF⁴; 4) desenvolver pesquisas que tenham como objeto de estudo a educação superior; 5) ser pesquisador da Rede UNIVERSITAS-BR.

No transcurso das reuniões as seguintes ordens de mudanças foram assimiladas: 1) inclusão de novas subcategorias contendo ou não distintas divisões internas. É o caso das subcategorias Políticas, Planos e Projetos que contemplou as políticas, planos e programas educacionais e institucionais. É ainda o caso da subcategoria Gestão e Modelos da Educação Superior que contemplou a perspectiva Histórica, a Conceitual e de Novas Modalidades; 2) inclusão de divisões internas em categorias da versão anterior. É o caso de Movimentos da Sociedade Civil que passou a integrar a categoria de Gestão da Educação Superior subdividindo-se em movimentos acadêmicos, de dirigentes, estudantis, sindicais e assim por diante; 3) inclusão de novos verbetes.

Sob a perspectiva associativa - processual pode-se dizer que as formações sociais das comunidades científicas co-existem e suas práticas interagem com outras áreas e internamente na própria área ressaltando a "pluralidade contraditória de sistemas ideológicos". Existem diferentes, visões, posturas, modos de ver a realidade e interesses o que agrega tensões ao processo de elaboração.

III A CATEGORIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS: CONDIÇÕES TEÓRICAS E PRODUTO DOCUMENTAL

O campo teórico de Políticas Públicas e Educação Superior enquanto categoria⁵ abarca temáticas investigativas e colige conceitos de políticas sociais, educacionais, de educação

⁴ O objetivo da rede GEU, criada em 1988, é estudar e debater tópicos referentes aos sistemas de ensino superior e suas transformações, bem como sobre ciência e tecnologia na perspectiva institucional, de grupos e das políticas estaduais e nacionais. Cadastrado desde 1992, no CNPq, quando da primeira edição do Diretório de Grupos de Pesquisa do Brasil, então como GEU, o grupo buscou o refinamento de eixos temáticos, o que gerou novos núcleos, que configuraram a rede: em 1995 desmembrou-se em GEU Sociologia e GEU-Educação e este deu origem a dois grupos em 2001: o GEU-Educação e Inovação e o GEU-Ipesq, o último cadastrado no DGPB em 2002. Os projetos integrados contribuíram decisivamente no movimento de formação da rede acrescida pelo GEU/UPF (2000) e dois GEUs-Ipesq/UFPe criados em 2002. O GEU-Ipesq, vinculado ao PPGedu/UFRGS, tem como objetivos estudar a produção de pesquisa e a Pedagogia Universitária tendo em vista: (1) mediações para a pesquisa com destaque nas condições sociais; (2) a trajetória da Pedagogia Universitária, políticas públicas e reformas curriculares; (3) a produção sobre Educação Superior e construção acadêmico-associativa.

⁵ A categoria de Políticas Públicas da Educação Superior teve como organizadoras: Maria Estela Dal Pai Franco (UFRGS) e Mariluce Bittar (UCDB). A categoria Gestão e Modelos da Educação Superior teve como organizadora Maria Estela Dal Pai Franco e contou com a colaboração de Maria das Graças Martins da Silva (UFMG eDoutoranda PPGed/UFRGS) e Daniel Gustavo Mocelin (Mestrando PPGSociologia UFRGS). Foram bolsista Marcos André Conte (FAPERG/UFRGS) e Simone Costa (PIBIC/CNPq/UFRGS).

superior e universidade, de sistema de educação, de planos e projetos educacionais, reformas educacionais e tendências de políticas. Na categoria foram identificadas sete subcategorias que congregam 58 verbetes.

Adentrando os conteúdos da categoria ela contempla tipos de atos normativos (decretos, pareceres, resoluções etc) e sua disponibilidade ("sites" que os socializam); contempla ainda de políticas, planos e projetos educacionais tais como nacionais (Planos Nacionais de Educação, Planos Nacionais de Pós-Graduação, Plano de Desenvolvimento Institucional), de reformas educacionais como as normativas (LDB de 1961, LDB de 1990) e curriculares (diretrizes e parâmetros educacionais), da reforma da educação superior 2004-2005 e de tendências e desafios em Políticas de Educação Superior tais como a expansão do ensino superior, a educação ambiental, a educação a distância, o ensino noturno e a ética em pesquisa.

A delimitação da categoria iniciou com a escolha de conceitos considerados basilares para configurar o campo disciplinar. Tais conceitos encetaram definir o sentido de Políticas Públicas, Políticas Sociais, Políticas Educacionais, Políticas de Educação Superior, de Descentralização, Financiamento da Educação e Sistema de Educação Superior que agregou os conceitos de Diversidade/Diversificação/Diferenciação.

A seguir foram trazidas as Constituições Brasileiras e Educação Superior, com uma visão panorâmica mais do que de detalhamento. O mesmo sucedeu com a Legislação da Educação Superior, inserida nesta subcategoria não para indicar o acervo legal incluído em outra variante categorial, mas para diferenciar os vários tipos de atos normativos que incidem sobre a Educação Superior (Leis, Decretos, Decretos-lei, resoluções, pareceres etc) e as fontes de sua disponibilidade.

Planos Educacionais, Planos Institucionais e Projetos também foram contemplados, agregando verbetes tais como Plano de Desenvolvimento Institucional e Projeto Político Pedagógico. Neste conjunto foram apresentados Planos Nacionais de Educação aprovados no Brasil, Planos Nacionais de Pós-graduação, Planos Setoriais de Educação e Cultura, além de Planos Básicos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e Planos Nacionais de Desenvolvimento. A próxima categoria Reformas Educacionais, abrigou as reformas Normativas, as reformas Curriculares, e se deteve nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores e para a Pedagogia. As Reformas Normativas ofereceram um

panorama das grandes reformas que direcionaram a educação superior no país,abrigo até mesmo o Movimento de Reforma Universitária de 1918 em Córdoba, pela sua influência na América Latina. A subcategoria abriga verbetes tais como das reformas pela promulgação de Leis de Diretrizes e Bases e outras leis de maior repercussão (1961, 1968, 1996) até a Reforma da Educação Superior Brasileira 2004 - 2005.

Políticas Públicas de Educação Superior específicas como Avaliação Institucional, Expansão da Educação Superior e Extensão Universitária, foram incluídas em diversos verbetes, integrantes de mais de uma das grandes categorias da Enciclopédia. Neste caso foi adotado como norma fazer uso de variantes denominativas indicativas da presença em outras categorias/verbetes.

A última subcategoria foi a de Tendências e Desafios o que abriu espaço para a emergência de diversos ângulos da educação inclusiva tratados na relação com a Educação Superior: Educação Especial, Ação Afirmativa, Política de Cotas, Estudante-Trabalhador/Cursos Noturnos, ProUni (Programa Universidade para Todos), Estatuto do Idoso e Estatuto da Criança e do Adolescente. Outros pontos considerados desafios foram: a Educação Ambiental, a Ética na Pesquisa e os "Habitais" de Inovação em face da Lei de Inovação Tecnológica.

IV A CATEGORIA DE GESTÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: CONDIÇÕES TEÓRICAS E PRODUTO DOCUMENTAL

Gestão da Educação Superior refere-se a conceitos de gestão universitária, modelos de universidade, instâncias e processos decisórios, cursos e níveis, movimentos da educação superior e da sociedade civil que propiciam interlocução, grupos de pesquisa e bases informacionais. A categoria trata dos seguintes pontos: modelos de educação superior tais quais históricos, conceituais e de novas modalidades e formatos; instâncias definidoras gestoras da educação superior tais quais Ministérios, órgãos, agências, conselhos; dos cursos e níveis de oferecimento da educação superior incluídos os de Graduação e os de Pós-Graduação em diferentes modalidades e perfis; da natureza jurídica (públicas e privadas, conjugando administração, manutenção) e da natureza acadêmica (tipos de instituições como universidades, centros universitários, centros de educação tecnológica, faculdades integradas faculdades-estabelecimentos); movimentos da sociedade civil (dirigentes, docentes, da comunidade acadêmica) com interlocução em processo político- administrativos; de Grupos de Pesquisa que

tematizam a Educação Superior e a Pedagogia Universitária; de bases informacionais sobre educação superior, seja de dados, de normas, de conhecimento (periódicos, bibliotecas virtuais).

A delimitação da categoria, assim como a de política, iniciou com a escolha de conceitos considerados basilares para configurar o campo disciplinar. Tais conceitos encetaram definir o sentido de Gestão, Gestão da Educação, Administração da Educação, Gestão da Educação Superior, Gestão Propositiva e Tradicional, Gestão Democrática, Gestão Democrática da Educação, Gestão de Universidades Sustentáveis e Inovadoras e Gestão Universitária. Alguns conceitos que têm marcado e perpassado a produção acadêmica no campo disciplinar também foram inseridos: Institucionalização da Pesquisa, Mercantilização da Educação Superior, Organizações Sociais, Cultura de Projeto, Metodologia de Projeto, Sociedade do Conhecimento, Terceiro Setor, Universidade e Cultura Institucional e Universidade e Acreditação, Inspeção e Regulação.

A próxima categoria foi a de Gestão e Modelos de Universidade entendida como a relação que expressa formas(s) para a tomada de decisão e para o desenvolvimento de ações institucionais que têm subjacente uma concepção de universidade e sua(s) finalidade(s), englobando premissas sobre pesquisa/ensino/ extensão e princípios que regem processos decisórios e de relações em âmbito local, regional, nacional e internacional. Os modelos são apresentados no plano histórico, conceitual e de novas modalidades. No plano histórico são mencionados alguns dos primeiros modelos que se destacaram e outros que marcaram a trajetória da universidade, em geral denominados pelo lugar ou período no qual se desenvolveram. Cabe frisar que os modelos citados neste plano foram reportados para variantes denominativas incluídas em outra categoria, qual seja a Teoria e História da Educação Superior que acolheu modelos como Universidade de Paris, Universidade de São Domingos, Academia, Universidade de Bolonha e Universidade Medieval.

No plano conceitual foram selecionados modelos extraídos de construtos teóricos específicos tais como o de Universidade Latino-Americana, Humboltiana, Napoleônica, de Universidade Empresarial/Comercial e de Universidade Sustentável. No plano de novas modalidades e formatos foram contempladas tentativas e práticas institucionais, a maior parte mais recente, que se desdobraram de processos de ordem econômica, social, política e de avanço do conhecimento. É o caso do College norte-americano, da Universidade Aberta do

Brasil, da Universidade Comunitária, Corporativa, de Massa, Liberal Híbrida, Multicampi, Regional, Virtual e as Universidades Globais.

Na subcategoria que segue foram localizadas as Instâncias Estatais Definidoras e Processos Decisórios- Ministérios, órgãos, agências e conselhos. Podem ser encontrados verbetes tais como Conselho Nacional de Educação, Ministério de Educação, indicativos de Ações e Comissões como Comissões de Especialistas- MEC (CEES), Comissão Especial de Avaliação- MEC/SESu e Programas de Licenciatura/MEC . Os Órgãos vinculados também foram incluídos tais como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Neste dois órgãos foram destacados programas que estão vinculados ao Ensino Superior. O Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) teve espaço pela inclusão do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) destacando-se o Sistema Lattes com informações sobre Pesquisadores, os grupos de pesquisa (Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil) e as Bolsas de Produtividade Acadêmica/CNPq/MCT.

A subcategoria seguinte abrangeu Cursos e Níveis da Educação Superior .Ela versa, conforme sua descrição, sobre

programas de escolarização em nível de educação superior que por atos normativos podem ser oferecidos no Brasil e que exigem para ingresso a conclusão do nível de Educação Básica (ensino médio). Podem ser cursos de extensão, sequenciais, tecnológicos, de Graduação e de Pós-graduação. Apresentam-se em diferentes modalidades e perfis de oferecimento.Quanto as modalidades podem ser presenciais, semi-presenciais ou a distância. Na Graduação os cursos sequenciais favorecem diferentes, perfis formativos. Na Pós-Graduação a formação pode ser acadêmica ou profissional, isto é também orientada para diferentes perfis formativos. Existem ainda os mestrados e doutorados interinstitucionais (MINTER e DINTER), oferecidos em parcerias de duas ou mais IES. Além de apresentar possibilidades permitidas no quadro de ofertas escolares- de educação superior no país, nesta categoria são sinalizadas possibilidades e cursos indicados no projeto de reforma da educação superior em, discussão a partir de 2004 e tramitando nos órgãos competentes em 2006. O projeto da referida reforma propõe que a educação superior abranja os seguintes cursos: graduação (bacharelado, licenciatura, cursos de educação tecnológica); ensino em programa de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado); sequenciais; pós graduação *lato sensu* (aperfeiçoamento e especialização). Destaca, dentre outros aspectos, que: a) as competências e conhecimentos adquiridos no mundo do trabalho e em cursos de formação continuada poderão ser considerados para a integralização de cursos superiores, de acordo com a legislação a que se aplica; b) as IES poderão organizar cursos de graduação (exceto os de educação profissional tecnológica.) incluindo um período de formação geral em qualquer campo do saber e com duração mínima de quatro semestres. (FRANCO e SILVA, 2006).

Na categoria subsequente foram apresentadas as Instituições de Educação Superior/Natureza Jurídica e Organização Acadêmica. A Natureza Jurídica aglutinou as a varias modalidade de manutenção e administração das instituições de ensino superior do Sistema Federal de Ensino, que nos termos do Art. 19 da Lei nº 9.394, de 1996: públicas, privadas, Federais - Estaduais Municipais particulares, comunitárias, confessionais e filantrópicas, Instituições privadas com fins lucrativos ou Particulares em sentido *stricto* e as Instituições privadas sem fins lucrativos (Comunitárias, Confessionais e Filantrópicas) . Foram incluídas ainda as Instituições de Ensino Superior Fundacionais e Instituições de Educação Superior de Terceiro Setor. Quanto á Organização Acadêmica refere-se a forma organizacional-institucional que abriga os cursos superiores: Universidades, Centros Universitários, Faculdades Integradas Institutos Superiores de Educação, Centros Federais de Educação Tecnológica.

A categoria seguinte foi a de Gestão da Educação Superior e Movimentos da Sociedade Civil e envolveu o mapeamento dos movimentos sociais e movimentos da sociedade civil que ocorrem no âmbito da educação superior. Foram construídas subcategorias que elencaram movimentos acadêmicos nacionais e alguns internacionais, movimentos de dirigentes, movimentos estudantis e movimentos- sindicais. Dentro destas subcategorias categorias foram apresentadas informações sobre associações, fóruns, federações, confederações, sindicatos, consórcios e conselhos, que participam e/ou atuam na área da e/ou investigam os diversos aspectos relacionados à educação superior e a pedagogia universitária. (FRANCO e MOCELLIN, 2006).

A próxima categoria foi a de Gestão da Educação Superior e Grupos de Pesquisa. Foram nela incluídos grupos de pesquisa que trabalham a educação superior e a pedagogia universitária como objeto principal de investigação e alguns que se destacam por desenvolverem linhas de pesquisa relacionadas à temática. Foi dado destaque aos grupos que fazem parte do Diretório de Grupos de Pesquisa do Brasil (DGPB-CNPq). Foram também registrados grupos de universidades brasileiras que se organizam em redes. Algumas redes, centros e consórcios do exterior também foram incluídos, sob o critério da significância para o campo de estudo. As informações fornecidas, além da identificação do grupo, foram a sede institucional, os líderes e pesquisadores *seniors*, as linhas de pesquisa e produções importantes. Foram incorporados

conceitos importantes para se compreender a realidade dos Grupos e Redes de Pesquisa em Educação Superior.

A subcategoria sobre o Docente e o Estudante, mesmo perfazendo categorias principais específicas semelhantes, foi aqui incluída por trazer pontos com desdobramentos para a gestão. Ela, reporta verbetes como os de Desenvolvimento Docente e Licenciaturas Plenas Parceladas, Desenvolvimento Docente e Rede de Significações, Mobilidade Acadêmica, Participação Docente e Democratização da Universidade e Gestão da Educação Superior e o Estudante.

A última subcategoria direcionou-se para as Bases Informacionais da Gestão da Educação Superior. Entre os verbetes menciona-se: Dados sobre Educação Superior no Brasil, Pesquisa Institucional (PI) sobre Educação Superior, Bibliotecas Virtuais de Educação Superior, Socialização do Conhecimento e Periódicos Brasileiros que Publicam Educação Superior no Brasil.

V CONCLUSÕES

Ao concluir o presente trabalho três tipos de comentários são registrados: os formais, os substantivos e os reflexivos. Nos comentários formais destacam-se ganhos numéricos que a comparação entre as duas edições da Enciclopédia de Pedagogia Universitária revela. Na edição original, foi trabalhada uma categoria, de Políticas e Gestão da Educação Superior. Ela apresentava aproximadamente cem verbetes. A edição publicada em 2006 contempla 58 verbetes em Política Pública e Educação Superior e 246 verbetes em Gestão da Educação Superior. Foram incluídas novas subcategorias de distintos níveis educacionais, advindas não só do conhecimento sistematizado disponível mas também da experiência dos pesquisadores de diferentes instituições das mais diversas e de realidades ímpares da educação superior brasileira.

Nos comentários substantivos, isto é de conteúdo registra-se que o crescimento acima evidenciado não encontra somente respaldo numérico. A estrutura categorial que ora configura as duas categorias, apresenta maior precisão e rigor na identificação, elaboração e ajuizamento de termos ancorados em processos sucessivos. Algumas das questões cruciais para a educação superior de hoje, como a internacionalização e a globalização tiveram presença e comentários em diversos verbetes mas como foram alvo de categorias maiores específicas não foram detalhados nas categorias em apreço.

Na categoria de políticas foram identificadas sete subcategorias; na categoria de Gestão, foram identificadas nove subcategorias. As condições sociais de elaboração e as condições teóricas documentais permitem concluir que a delimitação dos dois campos teóricos reflete interesses, temáticas e abordagens teórico-metodológicas das respectivas comunidades científicas mas não os exaurem.

Fica claro que não existe uma ciência unitária universal, mas formações científicas historicamente situadas, dotadas de autonomia relativa (Almeida e Pinto, 1995 p.27). Como apontam os autores, as formações sociais das comunidades científicas coexistem e suas práticas interagem externa e internamente, numa "pluralidade contraditória de sistemas ideológicos" e de configurações do real, dificultando captar a magnitude do fenômeno até porque "nem sempre estão presentes nos níveis objetivos de significação". Tal condição limita mas não oblitera a representatividade e a confiabilidade das categorizações delimitadoras dos campos estudados, potencialmente alavancadoras do próprio desenvolvimento

Nos comentários críticos registra-se que o processo de identificar categorias, nomeá-las, selecioná-las e descrevê-las constituiu-se num exercício ímpar de construção do conhecimento, pois implicou um processo contínuo e em permanente reestruturação de referências conceituais que perfazem o campo. O processo mostrou a interação com políticas públicas nacionais e internacionais, com o desenvolvimento teórico-investigativo e principalmente com o empírico das práticas institucionais não só instituídas por políticas públicas, mas também instituidoras de novas direções. É um processo que ajuda a explicitar políticas educacionais e reconhecer academicamente práticas de formação

O processo mostrou também que, a gestão da educação superior tem um compromisso com as políticas públicas no sentido de criticá-las. Existe uma crescente precarização do trabalho do professor de ensino superior que decorre de responsabilidades tanto do sistema como das instituições de ensino superior. A gestão da educação superior, muitas vezes se esquece que as áreas do conhecimento têm problemas específicos e os conhecimentos mais globais incidem de diferentes maneiras. Os conhecimentos passam por filtros muito ligados ao desenvolvimento de um país e aos interesses presentes num dado momento. É necessário que a gestão busque esclarecê-los.

A finalização de um trabalho que busca configurar um campo disciplinar implica adensar e condensar percursos de pesquisa, articular objetivos, contexto, dados empíricos e teoria o que envolve o esforço de tentar captar o que já foi construído e desenvolvido. Um trabalho acadêmico desta natureza, deve ter um objetivo maior e mais condizente com a missão necessária à universidade de hoje: o oferecimento de questões propositivas nas quais as novas gerações de pesquisadores alimentassem suas esperanças e aspirações para prosseguir, na busca de caminhos e soluções. A consecução deste objetivo pode ser incerta, mas não o é o mote maior que perpassou o trabalho, isto é a busca de sinalizações, caminhos, tendências e questões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, João Ferreira de; PINTO, José Madureira. **A investigação nas ciências sociais**. Lisboa: Presença, 1995. 170p.

BAZZO, Vera Lúcia. **Constituição da profissionalidade docente na educação superior**. Porto Alegre, PPG Edu/UFRGS. Tese de Doutorado, 2007, 264p.

CAPES. Estatísticas da Pós-Graduação. Disponível em < <http://www.capes.gov.br/>> . Acesso em 13 de julho de 2004.

CAPES. Relação de Cursos Recomendados e Reconhecidos atualizada em 10/07/2007 Disponível em <<http://www1.capes.gov.br/Scripts/Avaliacao/MeDoRe7conhecidos/Regiao/Regiao.asp>>. Acesso em 30 de julho de 2007.

CAPES. Estatísticas da Pós-Graduação Capes. Disponível em: <<http://ged.capes.gov.br/AgDw/silverstream/pages/frPesquisaColeta.html>>. Acesso em 30 de julho de 2007.

CASASSUS, Juan. **Tarefas da Educação**. Campinas: Editora Autores Associados, 1995.

CATANI, Afrânio Mendes. **Políticas de Educação Superior na América Latina no Limiar do Século XXI**. Anais do Congresso Internacional. Recife, Pernambuco, 1997, 289p..

CATANI, A. M.; FRANCO, M. E. D. P. Gestão da Universidade: caminhos e possibilidades na produção de pesquisas. In: WITTMANN, L.C.; GRACINDO, Regina Vinhais (Coords.). **O estado da arte em política e gestão da educação no Brasil – 1991 a 1997**. Brasília: ANPAE, Campinas: Editora Autores Associados; 2001, p.227-256.

CLARK, Burton. R. **Sustaining Change in Universities**. New York. SRHE/Open University Press, 2004, 210p.

CNPq. Censo do Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil, Versões 1993 até 2004 Disponível em <<http://www.cnpq.br>>. Acesso em 30 de julho de 2007.

DELGADO, Daniel Garcia; NOSETTO, Luciano (Comp.). **El desarrollo em um contexti posneoliberal**. Buenos Aires Flacso/Ciccus 2006, 297p.

DOURADO, L.F.; CATANI, A.M.; OLIVEIRA, J.F. de (Orgs.). **Políticas e gestão da Educação Superior: Transformações recentes e debates atuais**. São Paulo: Xamã; Goiânia: Alternativa, 2003. 239 p.

FRANCO, M. E. D. P; MOCELIN, D. G., 2006. Gestão da Educação Superior e Movimentos da Sociedade Civil (verbetes) In: **Enciclopédia de Pedagogia Universitária**: glossário vol. 2 / Editora-chefe: Marília Costa Morosini. – Brasília: INEP/RIES, 2006. 610 p.

FRANCO, M.E.D.P; SILVA, M.G.M., 2006. Cursos e Níveis de Educação Superior (verbetes). In: **Enciclopédia de Pedagogia Universitária**: glossário vol. 2 / Editora-chefe: M. C.Morosini. – Brasília: INEP/RIES, 2006. 610 p.

HARGREAVES, Andy. **O Ensino na Sociedade do Conhecimento**: Educação na era da insegurança. Porto Alegre: Artmed, 2004. 240 p.

MORA, José-Ginés; LAMARRA, Norberto Fernández (Orgs.). **Educación Superior**. Convergencia entre América Latina y Europa. Procesos de Evaluación y Acreditación de la Calidad. Buenos Aires: EDUNTREF, 2005.

MOROSINI, M.C.(Editora-Chefe). **Enciclopédia de Pedagogia Universitária**: Glossário vol. 2 . Brasília: INEP/Rede Sul Brasileira de Investigadores de Educação Superior, 2006. 610 p.

MOROSINI, M.C.(Org.).**Enciclopédia de Pedagogia Universitária**.Porto Alegre, FAPERGS/RIES, 2003, 434 p.

MOROSINI, M. C. (Org.). **Mercosul/Mercosur**: políticas e ações universitárias. 1. ed. São Paulo: Autores Associados, 1998. 257 p.

MOROSINI, M. C. (Org.). **Universidade no Mercosul**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 1994. 308 p.

SANDER, Benno. **Políticas públicas e gestão democrática da educação**. Brasília, Líber Livro editora, 2005. 139 p.

TARDIFF, Maurice; RAYMOND, Danielle. Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério. In: **Educação e Sociedade**, Campinas, ano XXI, n. 73, dez. 2000.

TIGHT, Malcolm. **Researching Higher Education**. London/Berkshire, England: SRHE (Society for Research into Higher Education), Open University Press, McGraw–Hill Education, 2003. 257p.

WITTMANN, Lauro Carlos; GRACINDO, Regina Vinhaes (Coords.). *O estado da arte em política e gestão da educação no Brasil – 1991 a 1997*. Brasília: ANPAE, Campinas: Editora Autores Associados; 2001, 272p.